



**COMPROVAÇÃO DE GUARDA DE FATO DE MENOR (COM CERTIDÃO DE NASCIMENTO)
CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS - LEI N° 12.101/2009**

(Imprimir frente e verso na mesma folha)

Eu, _____,
inscrito(a) no RG sob nº _____, expedido pelo(a) _____, CPF nº _____,
residente e domiciliado na _____
nº _____, bairro _____, CEP
_____, cidade de _____, Estado de _____

DECLARO, sob as penas da lei e nos termos da Lei nº 7.115/83* e em concordância com o Art. 19 e Art. 32 da Lei nº 8.069/90** (Estatuto da Criança e do Adolescente) junto à Instituição de Ensino **CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - FIG - UNIMESP** que o(a) menor: _____, inscrito(a) no RG/Certidão de Nascimento sob o nº _____/folha _____, expedido pelo(a) _____, CPF nº _____, filho de (pai) _____ e de (mãe) _____, com o(a) qual tenho vínculo de parentesco ou afinidade (citar vínculo) _____, se encontra sob a minha guarda, responsabilidade, proteção e cuidados desde _____ de _____ de _____, pelo o motivo: _____.

Neste mesmo ato, comprometo-me e assumo a responsabilidade de comunicar à Instituição de Ensino mencionada acima, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração e apresentar a documentação comprobatória. DECLARO estar ciente de que a falsidade das declarações por mim firmadas no presente documento, poderá ensejar sanções civis, e, principalmente, criminais* (Art. 299 do Código Penal) e responsabilização legal prevista pela Lei nº 12.101/2009 Art. 15 § 1°, alterada pela Lei 12.868/2013, Decreto 8.242/2014, além de acarretar o imediato cancelamento dos descontos ofertados pela Bolsa Social de Estudo na Instituição de Ensino acima citada.

_____, _____ de _____ de 20____.
(Cidade, Dia, Mês e Ano)

ASSINATURA DO DECLARANTE

Anexar a esta declaração cópia do documento de identidade para comprovação da assinatura.

SOGE - Sociedade Guarulhense de Educação
Rua Dr. Sólon Fernandes, 471 – Campus Vila Rosália
07072-080 - Guarulhos – Estado de São Paulo
Tel. (11) 3544-0333 – Site: www.figunimesp.edu.br

FIG-UNIMESP - Centro Universitário Metropolitano de São Paulo
Administração – Ciências Contábeis – Direito – Educação Física
Engenharia Civil – Gestão de RH – Pedagogia – Psicologia
EaD – Pós Graduação



(*) INTEIRO TEOR DA LEI N° 7.115/83 E O TEXTO DO ARTIGO 299 DO CÓDIGO PENAL. LEI N° 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 – (DOU 30.08.1983)

Prova documental de vida, residência, pobreza, etc.

Art. 1° A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2°. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3°. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5°. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162° da Independência e 95° da República. João Figueiredo – Presidente da República.

FALSIDADE IDEOLÓGICA

Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular.

Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Art. 12, Portaria Normativa nº 15/2017 – MEC/CEBAS

Grupo Familiar: entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio.